

REPORTAGEM ESPECIAL

Brasil sanciona lei que regulamenta as terras raras

Nova política busca estimular o beneficiamento de minerais críticos e terras raras no Brasil, com incentivos fiscais, financiamento e investimentos em pesquisa

Marcus Meneghetti
marcusv@jcrs.com.br

Uma semana antes de viajar para a assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova York – onde havia a expectativa de que as terras raras brasileiras entrassem na pauta de negociações entre o Brasil e os Estados Unidos – o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei que institui a Política Nacional de Minerais Críticos, Estratégicos e Terras Raras. O texto regula a exploração de minérios no Brasil, de modo a incentivar a industrialização dessas matérias-primas em território nacional.

Após assinar a sanção do projeto no dia 16 de setembro em Brasília, Lula disse a um auditório com representantes do setor de mineração que o País não repetirá o erro histórico de ser um mero exportador do material bruto. A ideia é que a indústria nacional faça o processo de separação e beneficiamento dos minérios.

“Com essa legislação, o Brasil propõe ao mundo uma nova agenda para a mineração do futuro: a transição para uma mineração socialmente justa, ambientalmente sustentável e industrializante para os países em desenvolvimento”, declarou Lula.

Ao lado do presidente na cerimônia de sanção da nova lei, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, fez menção à pressão exercida pela Casa Branca para ter acesso privilegiado às terras raras brasileiras. Para Silveira, o texto é a “certidão de nascimento de uma nova era para a mineração no Brasil, com declaração de independência econômica e de coragem política que não se curva diante de ameaças externas”.

Durante a assembleia da ONU, Lula mencionou que “a divisão do mundo em zonas de influência e investidas neocoloniais por recursos estratégicos constituem gestos anacrônicos”. O acesso às terras raras brasileiras pode



TÂNIA RÉGO/AGÊNCIA BRASIL/DIVULGAÇÃO/JC

Elementos como neodímio, disprósio e térbio estão presentes em diferentes aplicações da indústria de alta tecnologia

entrar na negociação das tarifas impostas pela Casa Branca a produtos do Brasil. Os EUA têm buscado diminuir a dependência das terras raras chinesas e reforçar sua influência na América Latina.

A Política de Minerais Críticos, Estratégicos e Terras Raras não impede a exportação da matéria-prima bruta nem prevê o controle de exportações. Em vez disso, o texto estabelece pelo menos quatro medidas para estimular a industrialização do setor de mineração, o beneficiamento do minério em território nacional e o investimento em pesquisa no Brasil.

A primeira medida é o Programa Federal de Beneficiamento e Transformação de Minerais Críticos e Estratégicos – que prevê a concessão de créditos fiscais de até R\$ 1 bilhão por ano entre 2030 e 2034. Ou seja, as empresas podem receber até R\$ 5 bilhões nesse período.

A segunda diz respeito ao Fundo Garantidor de Atividade Mineral (FGAM), que disponibilizará até R\$ 5 bilhões para cobrir riscos cambiais e contratuais de projetos de mineração que preencham certos requisitos. A União poderá destinar até R\$ 2 bilhões ao fundo. O restante poderá ser completado pelos Estados, municípios e a iniciativa privada.

A terceira medida prevê que, em troca dos benefícios fiscais, as

empresas de mineração se comprometerão a destinar parte da sua receita bruta para duas finalidades: 0,2% para o FGAM e 0,3% para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica na área do beneficiamento dos minerais. Após seis anos, toda a contribuição – ou seja, 0,5% da receita bruta – será destinada à pesquisa.

Por fim, a nova lei cria o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (CIMCE), vinculado à presidência da República. O órgão será responsável pela autorização de parcerias internacionais, a regulação do compartilhamento de dados geológicos, a autorização de empresas estrangeiras em projetos sensíveis e a aprovação da venda de mineradoras que detêm o direito de exploração de minerais no Brasil.

O diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Pablo Cesário, acredita que o texto sancionado pelo presidente foi o resultado do “melhor consenso possível” entre governo, oposição e setor produtivo. Para Cesário, “o projeto oferece uma base positiva para financiamento, industrialização, tecnologia e inserção internacional da indústria da mineração brasileira”. Agora, o Ibram espera um “ambiente regulatório estável” para viabilizar os investi-

mentos de longo prazo.

O Brasil é líder no mundo em reserva de nióbio. Está em segundo lugar em terras raras e grafita. É o terceiro em níquel e o sexto na produção global de lítio. Segundo

o Ministério de Minas e Energia, o setor de mineração corresponde a 4% do PIB brasileiro. O nióbio e o minério de ferro bruto são os principais produtos desse setor, atualmente.

Reservas minerais brasileiras em relação à classificação mundial

FONTE: SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL

Mineral	Percentual das reservas mundiais	Ranking das maiores reservas
Nióbio	94,1%	1º lugar
Grafita	25,5%	2º lugar
Terras raras	23,3%	2º lugar
Ferro (minério bruto)	17%	3º lugar
Níquel	12,3%	3º lugar
Alumínio (bauxita)	9,3%	5º lugar
Vanádio	0,7%	5º lugar
Lítio	1,3%	8º lugar

Produção mineral brasileira em relação à classificação mundial

FONTE: SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL

Mineral	Percentual da produção mundial	Ranking dos países produtores
Nióbio	90,9%	1º lugar
Ferro (minério bruto)	17,5%	2º lugar
Vanádio	5%	4º lugar
Grafita	4,3%	4º lugar
Alumínio (bauxita)	7,3%	5º lugar
Lítio	4,2%	6º lugar
Níquel	2,1%	6º lugar